

Notas sobre *sociedade* (e *comunidade*), sobre *cultura* e indicações sobre o conceito de *informação*.

ECA, 10 de março de 2020.

Caros alunos, caras alunas,

Sobre a pequena prova que vocês realizaram na última aula, sugiro alguns textos em apoio a possíveis reflexões que dela derivam. Com o propósito de ajudá-los, reúno aqui uns poucos tópicos. De antemão, alerto para os contrastes entre os três termos – contrastes que permitem enxergar demarcações entre os sentidos de cada um dos três.

Em primeiro lugar, falo a respeito do termo *sociedade*. Para tanto, valho-me da noção de *comunidade*. É interessante adotar a palavra *comunidade* para começarmos a falar de *sociedade*. Vocês logo verão por quê.

Notem que a palavra “comunidade” costuma se referir a agrupamentos amalgamados por traços identitários entre os que dela tomam parte. Os integrantes de uma comunidade partilham sentidos, práticas, lugares e repertórios que lhes são *comuns*. O que define a comunidade, portanto, é o que iguala uns aos outros. Uma “comunidade hippie”, por exemplo, reúne gente que se veste de hippie, fala gírias hippies, abraça códigos morais dos hippies e gostam de morar juntas, como hippies. Temos aí uma identidade *cultural* (ou *contracultural*).

O termo *comunidade* também pode servir para nomear agrupamentos em um dado território. É o que acontece, por exemplo, quando se adota a palavra “comunidade” para designar os moradores de uma determinada região antes denominada “favela”. A “comunidade” cristã exemplifica outra possibilidade de emprego da palavra. Outro uso recorrente são as “comunidades” virtuais, constituídas na internet.

Sociedade se define por sinais opostos. Uma *sociedade* se define pelas diferenças entre os indivíduos que, não obstante, integram a mesma *sociedade*. Uma *sociedade*,

sendo composta de sujeitos muito distintos uns dos outros, às vezes sem nada em comum além do fato de pertencerem à mesma sociedade, pressupõe um grau incomparavelmente mais complexo de divisão do trabalho. É possível enxergar a “comunidade” como um destacamento ou um recorte da *sociedade*. Há “comunidades” várias dentro de uma mesma *sociedade*, mas não há *sociedades* dentro de uma só “comunidade”.

(Esqueçamos, para efeito da nossa disciplina, a definição jurídica de *sociedade*, que tem uma conotação contratual, econômica, como em “*sociedade* por ações”, ou “*sociedade* anônima. Outra observação: O termo *civilização* poderia ser considerado aqui também – ajuda a enxergar, num arco mais alongado de tempo, o que *culturas* e *sociedades* podem erguer e projetar no curso expandido da história, mas isso seria outra conversa.)

Passemos agora, também rapidamente, pela palavra *cultura*. Quando pensamos em *cultura*, ou quando lançamos mão dessa palavra, estamos mobilizando, por certo, a ideia ancestral de cultivo, de cuidado, de criação. Isso deveria nos despertar menos para fenômenos como a agricultura ou o pastoreio, e mais para a constatação de que *cultura* é produção do engenho humano, do talento humano, do trabalho, da linguagem, da sensibilidade, dos sentidos, dos prazeres, da dor – de cada pessoa e de muitas pessoas agindo e se comunicando em sintonia ou em vias conflituosas. Digamos que *cultura* seja, então, resultado da ação humana sobre a natureza. A *cultura* altera a natureza e conformando vetores (*culturais*) que tendem a ordenamentos de muitos níveis (nessa perspectiva, pode-se intuir que a arte incide na *cultura* como ruptura, como desregramento, como desprogramação). Daí dizerem que a *cultura* perfaz uma “segunda natureza”.

Alguém diria que a arte toma a *cultura* como matéria prima, mas o conceito de arte não transparece com luminosidade quando não se separa radicalmente do conceito de *cultura*.

A *cultura*, enfim, abrange um *universo*. A *cultura* (como discurso, como complexos de discursos ou, ainda, como substratos aproblemáticos de fontes geradoras

de discursos) tem o poder de nos definir, de nos moldar, de nos ativar como sujeitos – e nós, de nossa parte, incidimos sobre ela em grânulos bastante modestos, ou mesmo desprezíveis. Tomo essa grandiosidade dos sentidos dessa palavra para contrapô-la ao sentido singular da palavra **informação**. **Informação** é uma unidade. Eu posso buscar uma informação inteira, manuseá-la e passá-la adiante. Não posso fazer isso com a **cultura** assim como não posso fazer isso com o conhecimento.

Informação é um dado dotado de sentido. **Informação** é a “diferença que faz a diferença”, como alguém já disse. Fundamentalmente, **informação** é uma unidade de informação, por exemplo, pode ser o *bit (binary digit)*. Uma letra pode ser compreendida como uma **informação**. Uma palavra. Mas uma palavra também é um agregado de informações unitárias (as letras). Entender a **informação** como unidade impõe-se como operação intelectual indispensável para que se possa separar o que é **informação** do que é **conhecimento**, ou mesmo **cultura**.

De toda forma, vocês terão mais elementos para refletir em torno do que é **informação** no texto-base que seguiremos em nossa disciplina. Fora isso, há as (brevíssimas) leituras que sugiro abaixo. Vocês poderão aprofundá-las nas fontes indicadas, se quiserem.

Eugênio

NOTA 1:

Modelos de Sociedade para Emile Durkheim

(<http://www.sociologia.com.br/modelos-de-sociedade-para-emile-durkheim/>)

Na “comunidade”, os indivíduos são muito parecidos e possuem os mesmos valores. No mundo do trabalho, não há especialização. Na consciência coletiva existem as consciências individuais, se não, é possível que se produza uma exclusão social. Se pode ilustrar este modelo por exemplo com os indivíduos que olham uma partida de futebol. Os indivíduos têm as mesmas emoções, possuem a mesma finalidade.

Emile Durkheim descreve a “sociedade” como “solidariedade orgânica”, em que cada indivíduo é específico. Relaciona esta solidariedade com a imagem do corpo humano. No mundo do trabalho, neste modelo, os trabalhadores possuem geralmente uma especialização. Cada um é livre para ter suas ideias.

Para este sociólogo, a divisão do trabalho é a origem da diferença entre sociedade e comunidade.

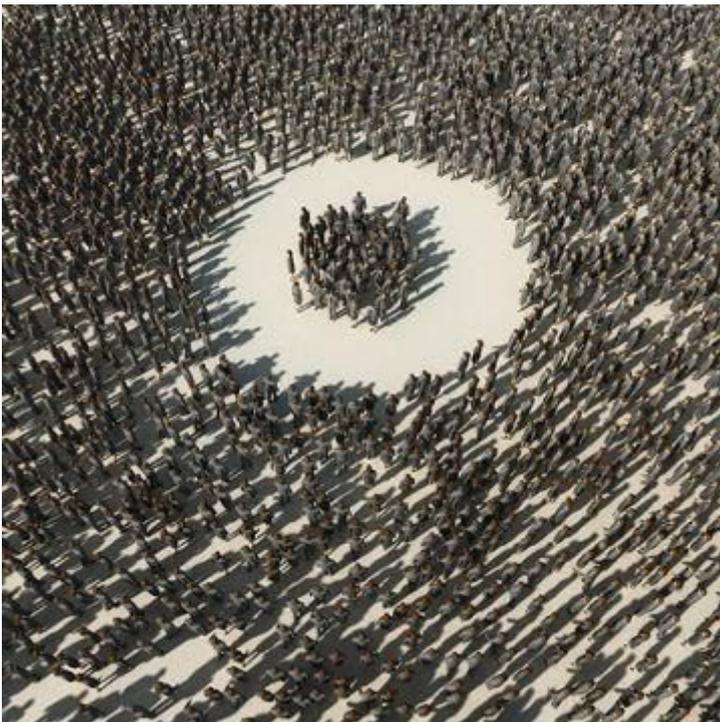
NOTA 2:

Comunidade e Sociedade

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/comunidade-sociedade.htm>

Em uma sociedade os indivíduos se aglutinam de forma impessoal, enquanto que em uma comunidade os integrantes possuem relações mais conectadas e próximas.

Publicado por: Lucas de Oliveira Rodrigues em Sociologia



Os integrantes de uma comunidade se aproximam uns dos outros ao se diferenciarem do restante da sociedade

Nossa convivência em meio a outros indivíduos é tão complexa a ponto de existir uma área do conhecimento dedicada a estudá-la e a entendê-la: as ciências sociais. Um dos “objetos” mais complicados sobre a qual a sociologia se debruça é a **sociedade**, que se define pela sua diversidade e dinâmica das relações dos sujeitos que a constituem. Ao falarmos que uma sociedade se define por sua diversidade e dinâmica estabelecemos que os indivíduos que a constituem, você e a maioria dos que habitam a sua rede de convivência direta e indireta, compartilhando um conjunto de regras normativas e de

valores específicos que servem para mediar o processo de relação entre esses sujeitos e os possíveis conflitos que invariavelmente surgirão, estabelecemos que uma sociedade é constituída de forma impessoal entre os que a integram e que, salvo exceções, privilegiarão suas vontades individuais.

Entretanto, não seria correto afirmarmos que uma sociedade se constitui apenas por indivíduos sem qualquer tipo de ligação pessoal, seja por afinidade ou por necessidade. Todos nós acabamos por nos tornar parte de grupos que possuem contato mais próximo à nossa realidade diária, com os quais dividimos interesses, objetivos e similaridades de ideias e condições, sejam econômicas ou de posição social. A esses grupos denominamos **comunidades**.

O que caracteriza as comunidades?

Em seu modelo ideal (definição fechada do que um objeto seria, sem levar em consideração as possíveis interferências das infinitas variáveis que poderiam transformar o objeto de um ou de outro jeito), a comunidade é definida por Robert Redfield como sendo:

- Um agrupamento **distinto** de outros agrupamentos humanos, sendo “visível onde uma comunidade começa e onde ela acaba”;
- **Pequena**, a ponto de seus limites estarem sempre ao alcance da visão daqueles que a integram;
- **Autossuficiente**, “de modo que atenda a todas às necessidades e ofereça as atividades necessárias para as pessoas que fazem parte dela.” Independente dos que estão de fora.

Embora as definições de Redfield sejam referentes às formas que tomavam as comunidades principalmente agrárias, que ainda sobrevivem hoje em alguma medida, e as anteriores à nossa **modernidade pós revolução industrial**, é possível traçar uma referência ao nosso convívio moderno e nas formas que uma comunidade toma em nossa realidade.

Comunidade e modernidade

Trata-se então de não apenas um corpo ou um objeto, mas também de uma construção ideológica que se baseia na necessidade individual da segurança, do conforto, da familiaridade e do sentimento de pertencimento, de que fazemos parte de algo maior que nossa individualidade, da delimitação do “**Nós**” (o familiar) e dos “**outros**” (o estranho). Nesse ponto, o autor Zygmund Bauman nos esclarece: “pertencer a uma comunidade significa renegar parte de nossa individualidade em nome de uma estrutura montada para satisfazer nossas necessidades de intimidade e da construção de uma “**identidade**”.”



Como um círculo fechado, a comunidade tende a manter o que é estranho do lado de fora

A construção de uma fronteira entre o familiar, o “**de dentro**”, e o estranho, “**o de fora**”, é a essência que fundamenta uma comunidade. Para tanto, deve existir um policiamento por parte dos integrantes desta comunidade, para que ideias “estranhas” não entrem em seu meio e ameace a estrutura construída em torno das ideias familiares. Esse fenômeno é observável em alguns grupos religiosos sectaristas que buscam se separar e se diferenciar ao perseguir um ideal de “pureza” que envolve o estabelecimento de comportamentos e prática de atividades que estão relacionados diretamente às suas crenças religiosas. Dessa forma, a comunidade se estabelece dentro da vontade comum na busca de se diferenciar do que é considerado profano por sua

crença, que se relaciona diretamente ao que é considerado sagrado. Desta forma, são construídas determinações quanto a valores e interpretações de fenômenos dos quais todos os seus integrantes compartilham e valorizam, em alguma medida, em detrimento dos ideais e características que são atribuídas ao comportamento dos que se encontram do lado de fora, que representam o impuro e o profano.

Redfield, Robert. *Little community and peasant society and culture* - University of Chicago Press, 1989.

Bauman, Zygmunt, 1925- *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NOTA 3:

Sociedade

(<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm>)

Orson Camargo

Colaborador Brasil Escola

Graduado em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo –

FESPSP

Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

09/03/2019 Sociedade - Brasil Escola

https://brasilecola.uol.com.br/imprimir/118878_2/2

Sociedade é um sistema de símbolos, valores e normas, como também é um sistema de posições e papéis.

A definição mais geral de sociedade pode ser resumida como um sistema de interações humanas culturalmente padronizadas. Assim, sociedade é um sistema de símbolos, valores e normas, como também é um sistema de posições e papéis. Uma sociedade é uma rede de relacionamentos sociais, podendo ser ainda um sistema institucional, por exemplo, sociedade anônima, sociedade civil, sociedade artística etc. A origem da palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa associação amistosa com outros. O termo sociedade é comumente usado para o coletivo de cidadãos de um país, governados por instituições nacionais que aspiram ao bem-estar dessa coletividade. Todavia, a sociedade não é um mero conjunto de indivíduos vivendo juntos em um determinado lugar, é também a existência de uma organização social, de instituições e leis que regem a vida dos indivíduos e suas relações mútuas.

Há também alguns pensadores cujo debate insiste em reforçar a oposição entre indivíduo e sociedade, reduzindo, com frequência, ao conflito entre o genético e o social ou cultural. Durkheim, Marx e Weber conceituaram de maneiras diferentes a definição de sociedade. Cada um definiu a constituição da sociedade a partir do papel político, social ou econômico do indivíduo.

Para Émile Durkheim, o homem é coagido a seguir determinadas regras em cada sociedade, o qual chamou de fatos sociais, que são regras exteriores e anteriores ao indivíduo e que controlam sua ação perante aos outros membros da sociedade. Fato

social é a coerção do indivíduo, constrangido a seguir normas sociais que lhe são impostas desde seu nascimento e que não tem poder para modificar. Em outras palavras, a sociedade é que controla as ações individuais, o indivíduo aprende a seguir normas que lhe são exteriores (não foram criadas por ele), apesar de ser autônomo em suas escolhas; porém essas escolhas estão dentro dos limites que a sociedade impõe, pois caso o indivíduo ultrapasse as fronteiras impostas será punido socialmente.

Para Karl Marx, a sociedade sendo heterogênea, é constituída por classes sociais que se mantêm por meio de ideologias dos que possuem o controle dos meios de produção, ou seja, as elites. Numa sociedade capitalista, o acúmulo de bens materiais é valorizado, enquanto que o bem-estar coletivo é secundário. Numa sociedade dividida em classes, o trabalhador troca sua força de trabalho pelo salário, que é suficiente apenas para ele e sua família se manterem vivos, enquanto que o capitalista acumula capital (lucro), que é o símbolo maior de poder, de prestígio e status social. A exploração do trabalhador se dá pela mais-valia, a produção é superior ao que recebe de salário, sendo o excedente da produção o lucro do capitalista, que é o proprietário dos meios de produção. Assim se concretiza a ideologia do capitalista: a dominação e a exploração do operário/trabalhador para obtenção do lucro. Para Marx, falta ao trabalhador a consciência de classe para superar a ideologia dominante do capitalista e assim finalmente realizar a revolução, para se chegar ao socialismo.

Max Weber não tem uma teoria geral da sociedade concebida, sendo que está mais preocupado com o estudo das situações sociais concretas quanto às suas singularidades. Além da ação social, que é a expressão do comportamento externo do indivíduo, trabalha também o conceito de poder. A sociedade, para Weber, constitui um sistema de poder, que perpassa todos os níveis da sociedade, desde as relações de classe a governados e governantes, como nas relações cotidianas na família ou na empresa. O poder não decorre somente da riqueza e do prestígio, mas também de outras fontes, tais como: a tradição, o carisma ou o conhecimento técnico-racional. O poder por meio da dominação tradicional se dá através do costume, quando já está naturalizada em uma cultura e, portanto, legitimada. Por exemplo, uma fonte de dominação tradicional é o poder dos pais sobre os filhos, do professor sobre o aluno etc. O domínio do poder carismático ocorre quando um indivíduo submete os outros à sua vontade, por meio da

admiração/fascinação e sem uso da violência. O líder carismático controla os demais pela sensação de proteção, que atrai as pessoas ao seu redor.

A ação racional com relação aos fins ocorre na burocracia, visando organizar as transações tanto comerciais como estatais, para que funcionem de forma eficiente. Por conta dessa organização, os indivíduos são submetidos às normas e diretrizes da empresa ou do Estado, para que o funcionamento dessas organizações seja eficiente e eficaz.

CAMARGO, Orson. "Sociedade"; Brasil Escola. Disponível em

<<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm>>. Acesso em 09 de março de 2019.

NOTA 4.

Três verbetes – *comunidade*, *cultura* e *sociedade* – do livro de Raymond Williams, *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. (São Paulo: Boitempo, 2007.)

COMUNIDADE [*community*]

Community está presente na língua inglesa desde o S14, da p.i. *comuneté*, do francês antigo, do latim *communitatem* (comunidade de relações ou sentimentos), da p.r. latina *communis* (COMUM [v.]). Fixou-se, em inglês, em uma gama de sentidos: (i) os comuns ou pessoas comuns, enquanto distintas das pessoas de condição (S14-S17); (ii) um estado ou sociedade organizada, em seus usos mais tardios relativamente pequena (do S14 em diante); (iii) as pessoas de um distrito (do S18 em diante); (iv) a condição de possuir algo em comum, como em **comunidade de interesses**, **comunidade de bens** (do S16 em diante); (v) um senso de identidade e características comuns (S16 em diante). Veremos que os sentidos (i) a (iii) indicam grupos sociais reais; os sentidos (iv) e (v), uma qualidade específica de relação (como em *communitas*). Desde o S17, há sinais da distinção que se tornou particularmente importante do S19 em diante e pela qual se percebia que **comunidade** era mais imediata do que SOCIEDADE (v.), embora se deva lembrar que a própria *sociedade* teve esse sentido mais imediato até o S18, e que *sociedade civil* (ver CIVILIZAÇÃO) foi originalmente, como *sociedade* e *comunidade* nesses usos, uma tentativa de fazer uma distinção entre o conjunto de relações diretas e o estabelecimento organizado do reino ou do Estado. A partir do S19, o sentido de proximidade ou de localidade desenvolveu-se vigorosamente no contexto das sociedades industriais maiores e mais complexas. A palavra **comunidade** foi normalmente escolhida para referir-se aos experimentos em um tipo alternativo de vida em grupo. Ainda é usada nesse sentido e se lhe agregou, em um sentido mais limitado, a palavra *comuna* (o francês *commune* – menor divisão administrativa – e o alemão

Gemeinde – divisão civil e eclesiástica – haviam interagido entre si e com **comunidade**, e também entraram no pensamento socialista – especialmente *comuna* – e na sociologia – especialmente *Gemeinde* – para expressar tipos específicos de relações sociais). O contraste, expresso de modo crescente no S19, entre as relações mais diretas, mais totais e portanto mais significativas de **comunidade** e as relações mais formais, mais abstratas e mais instrumentais de *Estado* ou de *sociedade* em seu sentido moderno foi formalizado de maneira decisiva por Tönnies (1887) como um contraste entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*; esses termos às vezes são usados ainda hoje em outras línguas na forma original. Uma distinção comparável é evidente nos usos de **comunidade** de meados do S20. Em alguns deles, foi-lhes conferida uma agudeza polêmica, como em **política comunitária**, que se distingue não apenas de *política nacional*, mas de *política local* formal e, via de regra, envolve diversos tipos de ação e de organização local diretas, “trabalhar diretamente com as pessoas”, e como tal se distingue de “serviço para a **comunidade**”, que tem um sentido mais antigo de trabalho voluntário suplementar à provisão oficial ou ao serviço pago.

A complexidade de **comunidade**, portanto, diz respeito à difícil interação entre as tendências originalmente distintas no desenvolvimento histórico: por um lado, o sentido de um interesse comum direto; por outro, a materialização de diversas formas de organização comum, que pode ou não expressá-la de maneira adequada. **Comunidade** pode ser a palavra calidamente persuasiva para descrever um conjunto existente de relações, ou a palavra calidamente persuasiva para descrever um conjunto alternativo de relações. O mais importante, talvez, é que, diferentemente de todos os outros termos de organização social (*Estado*, *nação*, *sociedade* etc.), ela parece jamais ser usada de modo desfavorável e nunca receber nenhum termo positivo de oposição ou de distinção.

Ver CIVILIZAÇÃO, COMUM, COMUNISMO, NACIONALISTA, SOCIEDADE.

CULTURA [*culture*]

Culture é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa. Isso ocorre em parte por causa de seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas europeias, mas principalmente porque passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis.

A p.i. é o latim *cultura*, da p.r. *colere*. *Colere* tinha uma gama de significados: habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração. Alguns desses significados finalmente se separaram nos substantivos derivados, embora ainda haja superposições ocasionais. Dessa maneira, “habitar” desenvolveu-se do latim *colonus* até chegar a *colony* [colônia]. “Honrar com veneração” desenvolveu-se do latim *cultus* até chegar a *cult* [culto]. *Cultura* assumiu o sentido principal de cultivo ou cuidado, incluindo, como em Cícero, *cultura animi*, embora com significados medievais subsidiários de honra e adoração (cf., em inglês, **cultura** como “adoração” em Caxton, 1483). As formas francesas do latim *cultura* eram *couture*, do francês antigo, que a partir de então desenvolveu seu próprio sentido especializado, e mais tarde *culture*, que por volta do início do S15 havia passado para o inglês. O sentido primordial referia-se, então, a lavoura, isto é, o cuidado com o crescimento natural.

Em todos os primeiros usos, **cultura** era um substantivo que se referia a um processo: o cuidado *com* algo, basicamente com as colheitas ou com os animais.

O subsidiário *coulter* (relha de arado) tomou um rumo linguístico diferente a partir do latim *culter* (relha de arado) passando pelo inglês antigo *culter* até chegar às ortografias inglesas variantes *culter*, *colter*, *coulter* e, até mesmo no início do S17, *culture* (Webster, *A Duquesa de Malfi*, III, ii: “relhas de arado [alhures] em brasas”). Isso proporcionou outra base para a etapa seguinte e importante de significado, por metaforização. A partir do princípio do S16, o cuidado com o crescimento natural ampliou-se para incluir o processo de desenvolvimento humano, e esse, ao lado do significado original relativo a lavoura, foi o sentido principal até o final do S18 e início do S19. Daí More: “para a cultura e o proveito de suas mentes”; Bacon: “a cultura e o cultivo das mentes” (1605); Hobbes: “uma cultura de suas mentes” (1651); Johnson: “ela negligenciou a cultura de seu discernimento” (1759). Em diversos momentos do desenvolvimento, ocorreram duas mudanças cruciais: em primeiro lugar, certo grau de adaptação à metáfora, que tornou direto o sentido de cuidado humano; em segundo lugar, uma extensão dos processos específicos ao processo geral, que a palavra poderia carregar de modo abstrato. Naturalmente, é a partir deste último desenvolvimento que o substantivo independente **cultura** iniciou sua complicada história moderna, mas o processo de mudança é tão intrincado, e os sentidos latentes às vezes se aproximam tanto, que não é possível afirmar uma data definitiva. Como substantivo independente, **cultura** – processo abstrato ou o produto de tal processo – só passa a ser importante no final do S18 e não é comum antes de meados do S19. Há um uso interessante em Milton, na segunda edição revisada de *The Readie and Easie Way to Establish a Free Commonwealth* (1660):

difundir muito mais conhecimento e civilidade, e até religião, por todos os lugares do país, comunicando o calor natural do governo e da cultura de modo mais bem distribuído a todas as partes extremas, que hoje permanecem no aturdimiento e na ignorância.

Aqui, o sentido metafórico (“calor natural”) ainda parece presente, e ainda se diz *civilidade* (cf. CIVILIZAÇÃO) quando, no S19, se esperaria normalmente **cultura**. Contudo, pode-se igualmente ler “governo e cultura” em um sentido bastante moderno. De acordo com o teor de sua argumentação, Milton escreve

sobre um processo social geral, e esse é um estágio definido de desenvolvimento. Na Inglaterra setecentista, esse processo geral adquiriu associações definidas de classe apesar de **cultivo** e **cultivado** serem mais comumente usados com esse significado. Mas há uma carta de 1730 (do bispo de Killala para Mrs. Clayton, citada em *England in the Eighteenth Century*, de Plumb) que tem esse sentido claro: “não tem sido costume entre pessoas de nascimento ou cultura criar seus filhos para a Igreja”. Akenside (*Pleasures of Imagination*, 1744) escreveu: “nem berço de ouro nem cultura podem outorgar”; Wordsworth escreveu: “onde se desconhece completamente a graça da cultura” (1805); e Jane Austen (*Emma*, 1816): “todas as vantagens da disciplina e da cultura”.

Desse modo, fica claro que **cultura** se desenvolvia em inglês para alguns de seus sentidos modernos antes dos efeitos decisivos de um novo movimento social e intelectual. No entanto, para seguir a evolução por meio desse movimento, no fim do S18 e princípios do S19, temos de examinar também os desenvolvimentos em outras línguas, especialmente no alemão.

No francês, até o S18, **cultura** sempre esteve acompanhada de uma forma gramatical indicativa do assunto que se cultivava, tal qual no uso em inglês já assinalado. Sua utilização ocasional como substantivo independente data de meados do S18, bem posterior a usos ocasionais semelhantes em inglês. O substantivo independente *civilização* também surgiu em meados do S18; a partir de então, sua relação com **cultura** é muito complicada (cf. CIVILIZAÇÃO e a discussão a seguir). Havia nessa época um desenvolvimento importante em alemão: a palavra foi emprestada do francês, primeiro grafada *Cultur* e, a partir do S19, *Kultur*. Seu principal uso era ainda como sinônimo de *civilização*: primeiro, no sentido abstrato de um processo geral de tornar-se “civilizado” ou “cultivado”; segundo, no sentido que já fora estabelecido para *civilização* pelos historiadores do Iluminismo, na popular forma setecentista das histórias universais, como uma descrição do processo secular de desenvolvimento humano. Então, Herder introduziu uma mudança decisiva de uso. Em sua obra inacabada *Auch eine Philosophie der Geschichte zur Bildung der Menschheit* [Sobre a filosofia da história para a educação da humanidade] (1784-91), ele escreveu a respeito de *Cultur*: “nada é mais indeterminado que essa palavra e nada mais enganoso que sua

aplicação a todas as nações e a todos os períodos". Ele atacava o pressuposto das histórias universais de que "civilização" ou "cultura" – o autodesenvolvimento histórico da humanidade – fosse o que hoje chamaríamos de processo unilinear e conduziria ao ponto alto e dominante da cultura europeia do S18. Na verdade, atacava o que chamava de subjugação e dominação europeias dos quatro cantos do globo e escrevia:

Homens de todas as regiões do globo que haveis perecido ao longo das épocas, não vivestes apenas para adubar a terra com vossas cinzas, para que ao final dos tempos a cultura europeia derramasse felicidade sobre vossa posteridade. A própria ideia de uma cultura europeia superior é um insulto flagrante à majestade da Natureza.

Argumentava que era necessário, no que consistia uma inovação decisiva, falar de "culturas" no plural: culturas específicas e variáveis de diferentes nações e períodos, mas também culturas específicas e variáveis dos grupos sociais e econômicos no interior de uma nação. Esse sentido desenvolveu-se amplamente no movimento romântico como alternativa ao ortodoxo e dominante "civilização". Primeiro, foi usado para enfatizar as culturas nacionais e tradicionais, incluindo o novo conceito de cultura popular (cf. *FOLK*). Mais tarde, passou a ser usado para atacar o que era visto como o caráter "MECÂNICO" (v.) da nova civilização que então emergia: tanto por seu racionalismo abstrato quanto pela "inumanidade" do desenvolvimento industrial da época. O termo foi usado para distinguir desenvolvimento "humano" do "material". Politicamente, como era frequente no período, oscilava entre o radicalismo e a reação e não raras vezes, na confusão de importantes mudanças sociais, fundia elementos de ambos. (Também seria necessário salientar, embora isso só aumente a real complicação, que Humboldt e outros fizeram o mesmo tipo de distinção, principalmente entre desenvolvimento "material" e "espiritual", mesmo até 1900, com uma inversão dos termos: **cultura** material e *civilização* espiritual. Em geral, no entanto, predominava a distinção oposta.)

Por outro lado, a partir da década de 1840, na Alemanha, utilizava-se *Kultur* em um sentido muito parecido com o que tivera *civilização* nas histórias universais do S18. A inovação decisiva foi *Allgemeine Kulturgeschichte der Menschheit* –

como no plano da Romântica.

"História cultural geral da humanidade" (1843-52) – de G. F. Klemm, que traçava o desenvolvimento humano desde a selvageria até a liberdade, passando pela domesticação. Embora o antropólogo norte-americano Morgan, ao rastrear estágios comparáveis, tenha usado "sociedade antiga", culminando em *civilização*, o sentido que lhe deu Klemm se manteve e foi seguido diretamente em inglês por Tylor em *Primitive Culture* (1870). O sentido predominante nas ciências sociais modernas deve ser traçado segundo essa linha de referência.

É possível avaliar, portanto, a complexidade do desenvolvimento e do uso modernos da palavra. É fácil distinguir o sentido que depende de uma continuidade literal do processo físico, como hoje em "cultura de beterraba", ou, na aplicação física especializada em bacteriologia desde a década de 1880, "cultura de germes". Mas, quando vamos além da referência física, temos de reconhecer três categorias amplas e ativas de uso. Já discutimos as fontes de duas delas: (i) o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, a partir do S18; (ii) o substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral, desde Herder e Klemm. Mas também é preciso reconhecer (iii) o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística. Com frequência, esse parece ser hoje o sentido mais difundido: **cultura** é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema. Um **Ministério da Cultura** refere-se a essas atividades específicas, algumas vezes com o acréscimo da filosofia, do saber acadêmico, da história. O uso (iii) é, na verdade, relativamente tardio. É difícil datá-lo com precisão porque é, na origem, uma forma aplicada do sentido (i): aplicou-se e transferiu-se a ideia de um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético às obras e às práticas que o representam e sustentam. Mas também se desenvolveu a partir do sentido anterior de processo; cf. "cultura progressiva das belas-artes", em *Millar Historical View of the English Government*, IV, 314 (1812). Em inglês, (i) e (iii) estão ainda próximos; às vezes, por razões internas, são indiscerníveis, como em Arnold, *Culture and Anarchy* (1867); ao passo que o sentido (ii) foi decididamente introduzido no inglês

pensamento

por Tylor, em *Primitive Culture* (1870), na esteira de Klemm. O desenvolvimento decisivo do sentido (ii) em inglês ocorreu no final do S19 e início do S20.

Diante dessa complexa e ainda ativa história da palavra, é fácil reagir com a escolha de um sentido "verdadeiro", "adequado" ou "científico" e descartar outros sentidos por serem vagos ou confusos. Há provas dessa reação mesmo no excelente estudo de Kroeber e Kluckhohn, *Culture: a Critical Review of Concepts and Definitions*, em que o uso na antropologia norte-americana é adotado como norma. É claro que, em uma disciplina, é preciso esclarecer o uso conceitual. Mas, em geral, o que é significativo é o leque e a sobreposição de sentidos. O complexo de significados indica uma argumentação complexa sobre as relações entre desenvolvimento humano geral e um modo específico de vida, e entre ambos e as obras e práticas da arte e da inteligência. É particularmente interessante que, na arqueologia e na *antropologia cultural*, a referência a **cultura** ou a **uma cultura** aponte primordialmente a produção *material*, enquanto na história e nos *estudos culturais* a referência indique fundamentalmente os sistemas de *significação* ou *simbólicos*. Isso confunde amiúde, mas, ainda mais frequentemente, esconde a questão central das relações entre produção "material" e "simbólica", que em algumas discussões recentes – cf. meu próprio *Cultura* – foram mais relacionadas do que contrastadas. Nessa complexa argumentação, há posições fundamentalmente opostas e também efetivamente superpostas; há ainda – o que é compreensível – muitas questões não resolvidas e respostas confusas. Mas não se podem resolver esses argumentos e questões reduzindo-se a complexidade do uso real. Esse ponto é relevante também aos usos de formas da palavra em outras línguas além do inglês, em que existem variações consideráveis. O uso antropológico é comum nos grupos linguísticos alemão, escandinavo e eslavo, mas subordina-se de maneira distinta aos sentidos de arte e de erudição ou de um processo geral de desenvolvimento humano em italiano e francês. Entre línguas, assim como no interior delas, o leque e a complexidade de sentidos e referências indicam tanto a diferença de posição intelectual quanto algum obscurecimento ou sobreposição. Essas variações, de qualquer espécie, envolvem necessariamente visões alternativas das atividades, relações e processos que essa

palavra complexa indica. A complexidade, vale dizer, não está, afinal, na palavra mas nos problemas que as variações de uso indicam de maneira significativa.

É necessário examinar, igualmente, as palavras associadas e derivadas. **Cultivo** e **cultivado** sofreram a mesma extensão metafórica de um sentido físico para um sentido social ou educacional no S17; eram palavras particularmente significativas no S18. Coleridge, ao fazer uma distinção típica do início do S19 entre civilização e cultura, escreveu (1830): "a distinção permanente, e o contraste ocasional, entre cultivo e civilização". O substantivo, nesse sentido, efetivamente desapareceu, mas o adjetivo ainda é bastante comum, especialmente em relação aos costumes e gostos. O importante adjetivo **cultural** parece datar da década de 1870 e tornou-se comum por volta da década de 1890. A palavra só esteve disponível no sentido moderno quando o substantivo independente, nos sentidos artístico, intelectual ou antropológico, tornou-se familiar. A hostilidade à palavra **cultura** em inglês parece datar da controvérsia a respeito das posições de Arnold. Ganhou força no final do S19 e início do S20, em associação com igual hostilidade a *esteta* e ESTÉTICO (v.). Sua associação com distinções de classe produziu o arremedo *culchah**. Havia também uma área de hostilidade associada ao sentimento antialemão, durante e após a Primeira Guerra, em relação à propaganda sobre *Kultur*. A área central de hostilidade persistiu, e um de seus elementos foi enfatizado pela recente expressão norte-americana **culture-vulture** [cultura-abutre]. É significativo que praticamente toda a hostilidade (com a única exceção da temporária associação antialemã) tenha sido vinculada aos usos que envolviam afirmações de conhecimento superior (cf. o substantivo INTELECTUAL), refinamento (*culchah*) e distinções entre arte "alta" (**cultura**) e arte e entretenimento populares. Ela registra, portanto, uma história social real e uma fase muito difícil e confusa do desenvolvimento social e cultural. É interessante que o uso social e antropológico em constante expansão de **cultura** e **cultural** e de formações como **subcultura** (a cultura de um grupo discernível menor) tenha ou eludido ou diminuído a hostilidade e o

* É como soa a palavra *culture* quando pronunciada por pessoas de alto nível sociocultural. (N. T.)

mal-estar e embaraço que lhe são associados, exceto em certas áreas (notadamente no entretenimento popular). O uso recente de *culturalismo* para indicar um contraste metodológico com *estruturalismo* na análise social mantém muitas das dificuldades anteriores e nem sempre evita a hostilidade.

Ver ANTROPOLOGIA, ARTE, CIÊNCIA, CIVILIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ESTÉTICO, FOLK, HUMANIDADE, OCIDENTAL.

SOCIEDADE [*society*]

Hoje, a palavra **sociedade** é clara em dois sentidos principais: como o termo mais geral para o corpo de instituições e relações no qual vive um grupo relativamente grande de pessoas; e como o termo mais abstrato para a condição na qual se formam essas instituições e relações. O interesse da palavra reside em parte na relação muitas vezes difícil entre a generalização e a abstração. Mas reside principalmente no desenvolvimento histórico que nos permite dizer “instituições e relações”, e a melhor maneira de compreender isso é lembrar que o significado primário de **sociedade** era companheirismo ou camaradagem.

Society entrou no inglês no S14, da p.i. *société*, do francês antigo, e do latim *societas*, e esta da p.r. latina *socius* (companheiro). Seus usos até meados do S16 variaram desde a unidade ativa na camaradagem, como na Revolta dos Camponeses, de 1381, passando por um sentido de relação geral – “eles precisam da ajuda mútua e por meio disso o amor e a sociedade [...] crescem mais entre os homens” (1581) –, até um sentido mais simples de companheirismo ou companhia – “vossa sociedade” (fins do S16). Um exemplo de 1563, “a sociedade entre Cristo e nós”, mostra quão prontamente esses sentidos distinguíveis poderiam sobrepor-se na prática. A tendência ao sentido geral e abstrato, portanto, parece inerente, mas até fins do S18 os outros sentidos, mais ativos e imediatos, eram comuns. Pode-se observar a mesma gama em dois exemplos extraídos de Shakespeare. Em “my Riots past, my wilde Societies” (*As alegres comadres de Windsor*, III, iv)*, **sociedade** era praticamente equivalente a relação ou a um dos sentidos de *associações*, ao passo que em “our Selfe will mingle with Society” (*Macbeth*, III, iv)** o sentido é simplesmente o de uma companhia reunida de hóspedes. O sentido de uma associação deliberada com algum propósito (aqui

* Na edição brasileira, com tradução de Millôr Fernandes (Porto Alegre, L&PM, 1995), temos: “minhas antigas agitações, más companhias”, p. 57. (N. T.)

** Na edição brasileira, com tradução de Bárbara Heliodora (op. cit.), temos: “nós vamos misturar-nos aos presentes”, p. 80. (N. T.)

de distinção social) pode ser ilustrado pela “sociedade de São Jorge” (Ordem da Jarreteira, S15), e esse uso específico perdurou amplamente.

Pode-se verificar o fortalecimento do sentido geral desde meados do S16. Houve um sentido intermediário em “a terra sem arar, a sociedade negligenciada” (1533), mas bastante claro, embora ainda não independente, em “uma comunidade se chama uma sociedade ou ações comuns de uma multidão de homens livres” (1577). Era claro e independente em “a sociedade é uma assembleia e o consentimento de muitos em um” (1599), e no S17 esses usos começaram a multiplicar-se, com uma referência mais firme: “uma reverência devida [...] à sociedade em que vivemos” (1650). Contudo, a história anterior ainda era evidente em “as leis da sociedade e da conversação civil” (Charles I, 1642; *conversação*, aqui, tinha o sentido original de modo de vida, anterior ao sentido complementar de discurso familiar [S16]; a mesma experiência atuava nessa palavra, mas com uma especialização finalmente oposta). O sentido abstrato também se fortaleceu: “o bem da sociedade humana” (Cudworth, 1678; ver HUMANO) e “em benefício da sociedade” (1749). Em certo aspecto, o desenvolvimento da noção de “uma sociedade”, no sentido mais amplo, tornou mais completa a abstração. Isso dependeu de um novo sentido de relativismo (cf. CULTURA), mas, na transição da noção de leis gerais de camaradagem ou de associação para a noção de leis específicas constitutivas de uma sociedade específica, preparou o caminho para a noção moderna, na qual as leis da sociedade não são tanto leis para possibilitar o convívio com outras pessoas, mas leis mais abstratas e mais impessoais que determinam as instituições sociais.

A transição foi muito complexa, mas hoje pode ser vista com mais clareza se considerarmos **sociedade** junto com *estado*. Desde seu sentido mais geral e contínuo de condição (*estado de natureza*, *estado de sítio*, do S13), *state* [estado] desenvolveu um sentido especializado que era quase intercambiável com *estate* [estado, condição, estamento, propriedade] (tanto *state* quanto *estate* vieram da p.i. *estat*, do francês antigo, e do latim *status* – condição) e, na prática, com *rank* [classe, condição ou posição]: “nobre estado” (1290). A palavra associou-se especialmente à monarquia e à nobreza, vale dizer, com um ordenamento hierárquico da sociedade: cf. “estado de sacerdotes, estado de cava-

leiros e o terceiro é o estado dos comuns” (1300). Os *Estados* [*States* ou *Estates*] eram uma definição institucional de poder desde o S14, ao passo que *estado* [*state*] como a dignidade do rei foi comum no S16 e princípios do S17: “estado e honra” (1544); “vai com grande estado” (1616); “ao Rei [...] vossa Coroa e Estado” (Bacon, 1605). A partir desses usos combinados, *estado* desenvolveu um sentido político consciente: “governante do estado” (1538); “o Estado de Veneza” (1680). Contudo, *estado* amiúde ainda significava a associação de um tipo determinado de soberania com um tipo determinado de condição. *Estadista* era um termo comum no S17 para designar um político, mas, no decurso das lutas políticas daquele século, um conflito fundamental passou a ser expresso no que no devido tempo seria uma distinção entre **sociedade** e *estado*: a primeira, uma associação de homens livres, baseada em todos os primeiros sentidos ativos; o segundo, uma organização de poder, baseado nos sentidos de hierarquia e majestade. A noção crucial de **sociedade civil** (ver CIVILIZAÇÃO) foi uma definição alternativa para ordem social, e na reflexão sobre as questões gerais dessa nova ordem confirmou-se o termo **sociedade** em seus sentidos mais gerais e finalmente abstratos. Esse tipo de distinção persistiu através de muitas mudanças políticas subseqüentes: **sociedade** é aquilo a que todos pertencemos, mesmo que seja também geral e impessoal; o *estado* é o aparato do poder.

A transição definitiva de **sociedade** para seu sentido mais geral e abstrato (ainda, por definição, uma coisa diferente de *estado*) deu-se em um desenvolvimento do S18. Fui em busca dos usos da palavra em *Enquiry Concerning the Principles of Morals* (1751), de Hume, e, tomando “companhia de seus camaradas” pelo sentido (i) e “sistema de vida comum” pelo sentido (ii), encontrei as seguintes quantidades: sentido (i), 25; sentido (ii), 110; mas também, em alguns momentos críticos da argumentação, em que o sentido de **sociedade** pode ser decisivo, havia 16 usos essencialmente intermediários. Por coincidência, Hume também ilustra a distinção necessária, uma vez que **sociedade** perdia seu sentido mais ativo e imediato; ele usou, como faríamos nós, o alternativo *companhia*:

Assim como os choques mútuos na *sociedade* e as oposições de interesse e amor-próprio forçaram a humanidade a estabelecer as leis da justiça [...] de modo similar,

os eternos antagonismos do orgulho e da presunção dos homens, em *companhia*, introduziram as regras das Boas Maneiras ou Polidez [...] (*Enquiry*, VIII, 211)

Ao mesmo tempo, no mesmo livro, ele usou **sociedade** no lugar de *companhia* precisamente nesse sentido imediato, ao passo que hoje, se por alguma razão desejássemos restabelecer o velho sentido, falaríamos de relações “cara a cara”; em geral – acrescentaríamos – dentro de uma COMUNIDADE (v.).

Por volta do final do S18, era predominante **sociedade** como um sistema de vida comum: “toda sociedade tem mais a apreender de seus membros necessitados do que dos ricos” (1770); “dois diferentes esquemas ou sistemas de moralidade” vigoram ao mesmo tempo em: “em toda sociedade civilizada, em toda sociedade em que se tenha estabelecido plenamente a distinção de classes” (ver CLASSE) (Adam Smith, *A riqueza das nações*, II, 1776)*. O desenvolvimento subsequente tanto do sentido geral quanto do abstrato foi direto.

Pode-se constatar um desenvolvimento conexo em **social**, que no S17 podia significar ou associado ou sociável, embora também fosse utilizado como sinônimo de “civil”, como em *guerra social*. Por volta de fins do S18, era principalmente geral e abstrato: “o homem é uma criatura social, isto é, um homem só ou uma família não podem subsistir, ou não podem fazê-lo bem, à margem de toda a sociedade” (observe-se, no entanto, que **sociedade** aqui, com a qualificação *toda*, ainda é um termo ativo e não abstrato). Por volta do S19, pode-se ver **sociedade** de modo suficientemente claro como um objeto que permite formações, como **reformador social** (embora **social** também fosse usado, e ainda se use, para descrever companhia pessoal; cf. **vida social** e **noite social**). Ao mesmo tempo, ao ver **sociedade** como um objeto (a soma objetiva de nossas relações) era possível definir de novas maneiras a relação entre **homem e sociedade** ou entre **indivíduo e sociedade** como um problema. Essas formações demonstram a distância relativamente ao primeiro sentido de camaradagem ativa. Os problemas que elas indicam no desenvolvimento real da sociedade foram significativamente ilustrados no uso da palavra **social**, em

* Ed. bras. cit., v. II, p. 222. (N. T.)

princípios do S19, para contrastar uma ideia de **sociedade** como cooperação mútua e a experiência de **sociedade** (o **sistema social**) como competição individual. Essas definições alternativas de sociedade não poderiam ter ocorrido se o sentido mais geral e abstrato não se tivesse firmado por volta dessa época. Foi a partir dessa ênfase de **social**, em um sentido mais positivo que neutro, e como contraste a INDIVIDUAL (v.), que o termo político SOCIALISTA (v.) se desenvolveria. Um adjetivo alternativo, *societal*, foi utilizado na etnologia desde inícios do S20 e hoje faz uma referência mais ampla e mais neutra a formações e instituições sociais gerais.

É preciso assinalar, se não comentar, o uso especializado de **sociedade**. Um sentido anterior de **boa sociedade**, com o significado de boa companhia, especializou-se, segundo as normas das pessoas que a integravam, como **Sociedade**, como a parcela mais distinta e elegante da **sociedade**: a CLASSE (v.) *alta*. Byron (*Don Juan*, XIII, 95) fornece um bom exemplo desse sentido principalmente oitocentista (e residual):

A Sociedade é hoje uma refinada horda

Formada por duas tribos poderosas, os *cacetes* e os *entediados*.

É irônico que esse termo especial seja o último uso claro de **sociedade** como companheirismo ativo dos membros de uma classe (a de cada um). Em outra parte, tais sentimentos se deslocavam, por boas razões históricas, para COMUNIDADE (v.) e para os sentidos ainda ativos de **social**.

Ver CLASSE, COMUNIDADE, INDIVÍDUO/INDIVIDUAL, SOCIALISTA, SOCIOLOGIA.

SOCIOLOGIA [*sociology*]

Sociologia foi usada pela primeira vez por Comte, em 1830, e surgiu em inglês em 1843: Mill, *Logic*, VI, e no *Blackwood's Magazine* (em um artigo sobre Comte). Spencer escreveu *Principles of Sociology* em três volumes entre 1876 e 1896. A disciplina ampliou-se notavelmente graças à obra de Durkheim,